

CHANACOMCHANA: Resistência Lésbica Durante à Ditadura Militar com a Análise da Primeira Edição de 1982

CHANACOMCHANA: Lesbian Resistance During the Military Dictatorship with the Analysis of the First Edition of the Bulletin in 1982

Karina Tomaz da Silva¹, UFPEL

Darcylene Pereira Domingues², UFPEL

Resumo

Este artigo examina o *CHANACOMCHANA* (1982-1987), uma publicação criada por mulheres lésbicas durante a fase de redemocratização da ditadura militar no Brasil. A análise da primeira edição do periódico, embasada nas obras de Monique Wittig, Judith Butler e Audre Lorde, desvenda como o boletim operou como uma ferramenta de resistência política e cultural. O artigo demonstra que o boletim desafiou ativamente o silenciamento da lesbianidade, o falocentrismo e a heteronormatividade predominantes. A contextualização do surgimento do boletim é crucial ao revelar seu surgimento em um cenário de repressão institucional, onde lésbicas enfrentavam exclusão tanto da sociedade em geral quanto dos próprios movimentos feministas e homossexuais da época. Assim, a publicação se estabeleceu como um espaço de visibilidade e construção identitária para mulheres lésbicas.

Palavras-chave: Lesbianidade; Resistência; Ditadura Militar; Visibilidade Lésbica.

Abstract

This article examines *CHANACOMCHANA* (1982–1987), a publication created by lesbian women during Brazil's process of redemocratization following the military dictatorship. The analysis of its first issue, grounded in the works of Monique Wittig, Judith Butler, and Audre Lorde, reveals how the newspaper functioned as a tool of political and cultural resistance. The article shows that it actively challenged the silencing of lesbian existence, as well as the prevailing phallocentrism and heteronormativity. Contextualizing the emergence of the newspaper is crucial, as it highlights its appearance within an institutional framework of repression, where lesbians faced exclusion not only from broader society but also from feminist and homosexual movements of the time. Thus, the publication established itself as a space of visibility and identity construction for lesbian women.

Keywords: Lesbianism; Resistance; Military Dictatorship; Lesbian Visibility.

Introdução

A homossexualidade, seja ela feminina ou masculina, é sistematicamente oprimida pelos discursos que naturalizam a heterossexualidade como a base inquestionável da

¹ Mestranda do Programa de Pós Graduação em História pela Universidade Federal de Pelotas.

E-mail: karinatomazdasilva@gmail.com Lattes <http://lattes.cnpq.br/4773379783942621>

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Pelotas. E-mail: darcylenedomingues@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1116806849100317> ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1475-0577>

sociedade, conforme postulado por Wittig (1980). Essa hegemonia discursiva nega aos homossexuais – e, no escopo específico deste artigo, às lésbicas – a capacidade de forjar suas próprias categorias de existência e de expressão. Wittig (1980) argumenta que tal discurso as confina, impedindo-as de se manifestar fora dos termos preestabelecidos e aceitos pela heteronormatividade. É precisamente por essa razão que um periódico como o qual nos aprofundaremos neste trabalho ainda hoje causaria estranhamento e choque caso fosse amplamente distribuído. O boletim *CHANACOMCHANA* (1982-1987) representa não apenas um ato de resistência diante da "democratura" imposta no período de reabertura após o golpe civil-militar, mas também uma confrontação direta às estruturas persistentes de opressão em relação à lesbianidade. Quase quatro décadas após o encerramento de suas atividades, a relevância do *CHANACOMCHANA* e a urgência de suas mensagens permanecem inegáveis. Isso nos conduz ao cerne desta questão: a permanência da homofobia. Apesar do tempo decorrido desde o fim do boletim, seus discursos mantêm-se notavelmente atuais e evidentes, ressoando nas lutas contemporâneas por reconhecimento e liberdade.

Dessa forma, este estudo busca compreender o boletim *CHANACOMCHANA* como um importante veículo de resistência e demonstração de representação lésbica durante os anos da ditadura civil-militar brasileira. Além disso, propomos relacionar este período com a persistência da violência contra lésbicas.

É notório que, entre as décadas de 1970 e 1980, diversos grupos ligados à homossexualidade – como o GALF (Grupo de Ação Lésbica-Feminista), o LF (Lésbica Feminista) e o SOMOS (Grupo de Afirmação Homossexual) – e à cultura marginal da época começaram a produzir diferentes materiais. Essas publicações circulavam em espaços de convivência desses grupos, sobretudo na cidade de São Paulo, com seus pontos de encontro icônicos, destacando-se o Ferro's Bar, onde o *CHANACOMCHANA* encontrou seu público.

Este artigo fundamenta-se em teóricas como Monique Wittig e Judith Butler, e complementa-se com uma análise da primeira edição do boletim *CHANACOMCHANA*. Apresentamos excertos da edição, discorrendo sobre eles sob uma perspectiva histórica, e destacamos seus aspectos de resistência. Essa resistência se manifesta não apenas de forma direta, como no emblemático levante do Ferro's Bar, mas também de maneira prosaica, onde a ausência de um embate explícito não implica passividade dessas mulheres (Scott, 1993). Em meio a uma reabertura política que não as contemplava enquanto grupo, elas buscavam estabelecer sua identidade em um contexto de intensa repressão. Pois como nos afirma Scott (1993) gênero é primeiramente constituinte de uma relação de poder.

Nesse ínterim, é crucial uma análise crítica do conteúdo apresentado pelo boletim, buscando ir além do que está literalmente escrito no documento. Para isso, é imprescindível considerar o contexto histórico, abarcando o defendido por Olabuenaga e Ispizúa (1989). Eles propõem a análise de conteúdo como uma técnica essencial para ler e interpretar documentos, que, quando analisados adequadamente, "nos abrem as portas ao conhecimento de aspectos da vida social de outro modo inacessíveis" (Olabuenaga; Ispizúa, 1989, p. 20), caracterizando-a como uma análise qualitativa.

Além disso, a análise reforçará a necessidade dessas mulheres de se identificarem como uma unidade com força política. Adicionalmente, empregaremos a revisão bibliográfica conforme metodologias consagradas, como a mencionada por Lakatos:

A citação das principais conclusões a que outros autores chegaram permite salientar a contribuição da pesquisa realizada, demonstrar contradições, ou rearmar comportamentos e atitudes. Tanto a confirmação, em dada comunidade, de resultados obtidos em outra sociedade quanto a enumeração das discrepâncias são de grande importância (Lakatos, 2017, p. 240).

Portanto, nossa análise incorpora uma ampla gama de escritoras de gênero, bem como diversos artigos e livros já publicados que abordam o boletim em questão. Ao empregar essa metodologia, conseguimos identificar as características ideológicas intrínsecas ao boletim, revelando as opiniões e ideias das mulheres lésbicas que foram as responsáveis pela criação desse material.

Contexto Político Cultural do período

Para compreender o período em que o boletim *CHANACOMCHANA* foi concebido e circulou, é essencial mergulhar nas características político-culturais do Brasil da época. No final da década de 1970, o então presidente Ernesto Geisel já sinalizava o início de uma abertura política que, em suas palavras, deveria ser "lenta, gradual e segura" — uma abertura, portanto, limitada e negociada.

Já na primeira metade dos anos 80, durante o governo João Baptista de Oliveira Figueiredo, a população intensificava a pressão, clamando por eleições diretas no movimento que ficou conhecido como "Diretas Já!", exigindo a participação popular na escolha do presidente do país. Apesar de Figueiredo ter declarado em 1978, ao ser questionado sobre a abertura política, que "É para abrir mesmo. E quem quiser que não abra, eu prendo. Arrebento. Não tenha dúvidas", a primeira eleição direta para a presidência só viria a ocorrer em 1989.

Nesse cenário de transição conturbada, também houve o infame Atentado do Riocentro, em 1981. Este atentado, orquestrado por militares, visava incriminar a esquerda brasileira e era direcionado a um show que reunia grandes nomes da música popular, em celebração ao Dia do Trabalhador. Contudo, o plano fracassou quando uma das bombas explodiu prematuramente, resultando na morte de um sargento e ferindo um capitão.

Fotografia 1: Corpo do sargento Guilherme do Rosário, que morreu após uma bomba explodir no veículo em que estava



Fonte: Agência O Globo.

O Brasil enfrentava uma profunda crise financeira, resultado direto do milagre econômico prometido pela ditadura através de sua política desenvolvimentista. A inflação descontrolada atingia patamares recordes, chegando a 100% em 1980, o que levava à rápida desvalorização dos salários da classe trabalhadora. Além disso, o país lidava com altos índices de desemprego, um crescente déficit público e uma dívida externa com os Estados Unidos que aumentava vertiginosamente. Além disso, segundo Paulino:

Além de todos os problemas existentes, a classe trabalhadora foi submetida também ao chamado “arrocho salarial”, no qual o salário mínimo não acompanhava o reajuste da inflação. Com isso, as empresas estrangeiras e as empresas privadas nacionais se sentiam atraídas pelo baixo preço da força de trabalho, logo a desigualdade social se tornou ainda maior (Paulino, 2020, p. 564).

Em virtude desses desafios, a década de 1980 ficou marcada como a década perdida para o Brasil, caracterizada por dívidas substanciais e um crescimento pífio do Produto Interno Bruto (PIB). A economia brasileira só alcançaria uma estabilização efetiva em 1994, com a implementação do Plano Real durante o governo do presidente Itamar Franco. Contudo, se no plano econômico a década de 80 foi um período de estagnação, o mesmo não

pode ser dito sobre o âmbito social e político. Nesse momento, partidos e sindicatos começaram a se reorganizar, e a população intensificou suas reivindicações por justiça social, liberdade de expressão e debates sobre a grave situação econômica. Além disso, houve um notável aumento na discussão sobre a violência contínua e inegável contra negros, gays, travestis e lésbicas. Nessa atmosfera de contradição, o antropólogo e historiador brasileiro Luiz Mott (2005, p. 101), em seu trabalho, cita o dossiê "Violação dos direitos humanos e assassinatos de homossexuais no Brasil". Este documento registrou mais de 1.700 mortes motivadas por homofobia entre os anos de 1980 e 1999. No entanto, Mott ressalta que esse número representa apenas "o topo do iceberg", uma vez que o dossiê considerou apenas dois terços do território nacional brasileiro.

Adicionalmente, naquele período, a cidade de São Paulo experimentava uma intensa repressão contra a comunidade LGBT, impulsionada por políticas desenvolvidas por Paulo Maluf e Wilson Eno Richetti. Esse momento se alinha perfeitamente com a observação de Wittig (1980, p. 10), que afirma: "o lesbianismo, a homossexualidade e as sociedades que formamos não podem ser pensados nem falados, embora sempre tivessem existido". Dessa forma, torna-se crucial aprofundarmos na análise histórica para compreender a atuação dessas figuras.

O então governador do Estado de São Paulo, Paulo Maluf, ordenou a intensificação das rondas de policiamento ostensivo. Sob o comando de José Wilson Richetti -representado na Fotografia 2 -, delegado chefe da Seccional de Polícia da Zona Centro, o objetivo era "limpar" o centro de São Paulo de gays, lésbicas, travestis e outras minorias vulneráveis, utilizando a força. De acordo com Ricardo Afonso Rocha:

O plano era simples: realizar rondas policiais em locais frequentados por sujeitos não-cis-heterossexuais. As batidas chegaram a averiguar 500 pessoas por dia. Conforme consta no Relatório final da CNV, aproximadamente, 1.500 pessoas foram levadas às cadeias e aos porões da ditadura por essa prática de higienização. O fundamento legal dessas ações era a contravenção penal de vadiagem (Rocha, 2020, p. 66).

A intensa repressão policial orquestrada por Richetti e Maluf, somada à proibição da venda do boletim *CHANACOMCHANA* pelos proprietários do Ferro's Bar, culminou em um histórico protesto em 19 de agosto de 1983. O episódio, que ficou conhecido como o "Stonewall Brasileiro", representou um marco na resistência política lésbica, evidenciando a capacidade de mobilização frente ao autoritarismo remanescente e à censura moral da época.

Fotografia 2: Delegado José Wilson Richetti, durante ação contra travestis, prostitutas e homossexuais



Fonte: Centro de Documentação LGBTI+ Prof. Dr. Luiz Mott.

O Ferro's Bar, um dos principais pontos de encontro LGBT e local de circulação do boletim, foi o palco desse levante. Dois anos após o lançamento da primeira edição do *CHANACOMCHANA*, e com o apoio das organizadoras do boletim e da fundamental figura de Rosely Roth, pioneira e grande articuladora do movimento lésbico brasileiro, o dia desse levante se transformou no Dia do Orgulho Lésbico no estado de São Paulo, presente na Fotografia 3. Essa data foi oficialmente aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) em junho de 2008 e é celebrada até hoje como um poderoso símbolo da resistência lésbica frente à repressão.

Conforme nos demonstra Bernardo Kucinski (1991, p. 9) “durante os quinze anos de ditadura militar no Brasil, entre 1964 e 1980, nasceram e morreram cerca de 150 periódicos que tinham como traço comum a oposição intransigente ao regime militar”. É nesse cenário de efervescência e contradição que nasce o *CHANACOMCHANA* em 1982, um jornal e boletim feito “de e para lésbicas” que se manteve ativo até 1987. O periódico rapidamente se consolidou dentro da imprensa alternativa da época, a exemplo do renomado Jornal *Lampião da Esquina*. Seu conteúdo abrangia principalmente questões de gênero, discutindo abertamente sobre lesbianidade, feminismo, política, questões de classe e o vasto universo do prazer feminino, além de servir como uma rede de apoio e visibilidade que rompia com o isolamento social imposto pela ditadura civil-militar. Ao documentar as subjetividades e as lutas coletivas, o boletim não apenas informava, mas também construía uma identidade política sólida para o movimento lésbico em meio à transição democrática.

Fotografia 3: Levante do Ferro's Bar. 19 de agosto de 1983

Fonte: Folha Press.

Miriam Martinho (2012), uma das colaboradoras mais assíduas do boletim: "A relação entre lésbicas e feministas, porém, foi marcada por discordância e o *CHANACOMCHANA* acabou sendo uma alternativa de leitura para as mulheres lésbicas feministas que não se viam representadas na imprensa feminista". Dessa forma, podemos vincular a observação de Martinho com a perspicaz frase de Butler (2016, p. 19): "a construção política do sujeito procede vinculada a certos objetivos de legitimação e de exclusão". No contexto do *ChanaComChana*, mulheres lésbicas buscavam justamente consolidar sua identidade e preservar suas especificidades, excluindo, do material que criavam, narrativas masculinas ou visões heteronormativas do próprio feminismo que não as representavam. Essa dupla exclusão operava como um mecanismo de autodefesa e afirmação, permitindo que o boletim funcionasse como um espaço de resistência dentro da resistência.

Diante das lacunas de representatividade, o Movimento Lésbica Feminista (MLF) surge como uma dissidência do Grupo SOMOS, considerado o primeiro grupo homossexual politicamente organizado no Brasil. A insatisfação das lésbicas com o SOMOS decorria da percepção de que o grupo não abordava adequadamente as questões e necessidades específicas das mulheres lésbicas, reproduzindo, muitas vezes, o sexismo e a priorização das pautas do movimento homossexual masculino em detrimento da dupla opressão, de gênero e sexualidade, enfrentada por elas.

Inicialmente, as lésbicas formavam um subgrupo dentro do próprio SOMOS, denominado LF (Lésbica Feminista). Contudo, as divergências entre os grupos se acentuaram.

As lésbicas consideravam inviável construir um ambiente verdadeiramente feminista com a presença masculina dominante, que frequentemente silenciava as demandas específicas das mulheres. Além disso, elas buscavam uma ressignificação da palavra "lésbica", termo que era visto com preconceito e estigma até mesmo dentro do próprio nicho lésbico em São Paulo, que muitas vezes preferia o uso de eufemismos ou termos menos politizados. Essa busca por redefinição já podia ser percebida nos folhetins produzidos quando o grupo ainda se denominava LF, evidenciando que a disputa semântica era, acima de tudo, uma disputa por existência política.

As lésbicas, então, empenharam-se na construção de uma identidade que rompesse com os tabus associados ao "ser lésbico". O objetivo era retirar a lesbianidade de um lugar de marginalidade e ofensa para uma sociedade heteronormativa, passando a ser refletida pelo grupo como um modo de ser, pensar e agir que as reafirmasse. Dessa forma, podemos integrar o pensamento de Wittig (2019) em sua obra clássica *O Pensamento Heterossexual*, que argumenta que as lésbicas não seriam mulheres, pois escapam à programação inicial ao não se submeterem à hierarquização falocêntrica. Para Wittig, a lesbianidade seria algo que se situa além das categorias homem e mulher, configurando-se como um conceito revolucionário que questiona a própria base da heterossexualidade compulsória como regime político, e não apenas como orientação sexual.

Diante das necessidades específicas, o Movimento Lésbica-Feminista (MLF) foi formado e, posteriormente, em 1982, mudou seu nome para GALF (Grupo de Ação Lésbico-Feminista). Uma das primeiras e mais significativas ações desse grupo foi a divulgação do número único do jornal *CHANACOMCHANA* em 1981, organizado por figuras como Miriam Martinho, Fanny, Maria Serrath, Teca, Maria Carneiro da Cunha, Nair Benedito e Cristina Mendes. As demais produções se organizaram em formato de boletins e abordavam diversos assuntos e entre eles a grande disparidade entre "a mulher lésbica em nossa sociedade falocêntrica e ser um homem bicha nesta mesma instituição (SOMOS)" (*CHANACOMCHANA*, 1983, p. 2), reforçando a crítica à invisibilidade da mulher dentro das estruturas mistas de militância. Acerca das edições do boletim, diferentes colaboradoras estavam envolvidas e dispunham seu tempo na produção dele. O número analisado aqui contou com Miriam, Rosely Roth, Célia, Zaza, Helena e Maria Serrath, além da contribuição especial de Alfredo e João Baptista Breda.

O periódico era multifacetado, trazendo HQs, entrevistas, debates sobre o preconceito contra lésbicas, gays, transexuais e travestis, além de abordar temas como ecologia e política.

O *CHANACOMCHANA* também oferecia dicas de leitura e poesia, e incluía depoimentos, informes, telefones para contato, cartas e divulgação de eventos envolvendo lésbicas e feministas tanto no Brasil quanto no exterior. Esses folhetins circulavam dentro do que as mulheres chamavam de "gueto lésbico" – espaços onde as lésbicas se encontravam para conversar, beber e debater sobre política e questões de gênero. O principal exemplo desses locais era o Ferro's Bar, anteriormente citado, o qual funcionava como um território de resistência e sociabilidade em meio ao monitoramento e à repressão policial da época.

Origem do boletim e Difusão de Ideias

A origem do *CHANACOMCHANA* remonta a 1981, com a formação do Movimento Lésbica Feminista (MLF). Esse movimento surgiu de uma dissidência do Grupo SOMOS, o primeiro grupo homossexual politicamente organizado no Brasil. As integrantes do MLF sentiam que o SOMOS não abordava adequadamente as questões e necessidades específicas das mulheres lésbicas. Inicialmente, as lésbicas compunham um subgrupo dentro do próprio SOMOS conhecido como LF (Lésbica Feminista). Contudo, as diferenças entre os grupos tornaram-se cada vez mais evidentes. As lésbicas consideravam inviável a construção de um ambiente verdadeiramente feminista na presença de homens e, além disso, buscavam ressignificar a palavra "lésbica", um termo que, ironicamente, era malvisto até mesmo por parte do nicho lésbico de São Paulo daquele período. Sobre essa busca por redefinição, podemos observar os folhetins produzidos quando o grupo ainda atuava como LF, o subgrupo do SOMOS, os quais já ensaiavam a autonomia editorial que viria a se consolidar com o boletim independente.

Homossexual. Mas pode me chamar de lésbica. E por que não? Procure em qualquer dicionário e você verá que a palavra lésbica tem, por definição 'mulher homossexual'. Alguma ofensa nisso? Nenhuma, mas essa sempre foi usada com o intuito de ferir por uma sociedade heterossexual que não admite que ninguém saia dos padrões que ela considera 'normais e aceitáveis' (Macrae, 2018, p. 322).

Nesse contexto, as lésbicas empenharam-se na construção de uma identidade que rompesse com os tabus associados ao "ser lésbico". O objetivo era fundamental: resgatar a lesbianidade de um lugar de marginalidade e ofensa imposto por uma sociedade heteronormativa, passando a ser vivenciada e refletida pelo grupo como um modo de ser, pensar e agir que as reafirmasse enquanto sujeitos políticos autônomos.

Essa perspectiva se alinha diretamente ao pensamento de Monique Wittig (2019). Para ela, as lésbicas não seriam meramente "mulheres", pois escapam à programação inicial do contrato heterossexual e não se submetem à hierarquização falocêntrica. A lesbianidade, segundo Wittig, transcende as categorias binárias de homem e mulher, configurando-se como um conceito revolucionário que desnaturaliza os papéis sociais de gênero. Essa conexão com a citação de Wittig será explorada novamente nos escritos de Miriam Martinho e nas charges por ela criadas na primeira edição do *CHANACOMCHANA*, que serão analisadas a seguir, visando demonstrar como a teoria e a produção visual caminhavam de mãos dadas na construção dessa nova subjetividade.

Análise de Conteúdo da Primeira Edição

Ao explorar a primeira edição do boletim que conta com 11 páginas incluindo a capa, somos imediatamente confrontados com a escolha provocadora de seu nome, uma representação marcante da identidade e do ativismo das lésbicas paulistas. A palavra "chana" foi intencionalmente selecionada por seu caráter revolucionário, buscando gerar impacto e visibilidade em um cenário que, segundo as idealizadoras, tendia a marginalizá-las. As próprias criadoras sugeriram que o nome poderia ter raízes em termos como "chance", "chanca" ou até mesmo "chama", todos evocando um senso de oportunidade, desafio ou ignição. A edição inaugural do periódico faz uma referência significativa ao Serviço de Informação Lésbica Internacional (International Lesbian Information Service – ILIS), uma organização de suma importância para o movimento lésbico na Europa e nos Estados Unidos. É provável que o ILIS tenha servido como uma fonte crucial de inspiração teórica e um impulso fundamental para a criação e produção desses jornais no Brasil, demonstrando que o ativismo local estava sintonizado com as redes globais de resistência feminista.

Além de fornecer os contatos do ILIS, o boletim detalha o funcionamento e os ideais do Serviço, que visavam à "liberação das lésbicas de sua opressão política, legal, social, econômica através de uma perspectiva anti-racista, anti-classista e anti-sexista" (*CHANACOMCHANA*, 1982, p. 1). Essa declaração revela o caráter interseccional da publicação, que estava claramente alinhada com o pensamento de Audre Lorde, especialmente sua obra clássica "Não há hierarquia de opressão", evidenciando que as editoras do *CHANACOMCHANA* já compreendiam a indissociabilidade entre as lutas contra o patriarcado, o racismo e o capitalismo na experiência lésbica.

Dentro da comunidade lésbica eu sou Negra e dentro da comunidade Negra eu sou uma lésbica. Qualquer ataque contra pessoas Negras é uma questão lésbica e gay, porque eu e outras milhares de mulheres Negras são parte da comunidade lésbica. Qualquer ataque contra lésbicas e gays é uma questão Negra porque milhares de lésbicas e homens gays são Negros. Não há hierarquia de opressão (Lorde, 2018, n.p).

Na página 2 do periódico, somos apresentados ao instigante texto "O lesbianismo é um barato", assinado por Miriam Martinho. Nele, a autora tece críticas contundentes à "guetização" das mulheres lésbicas na sociedade. A frase "O Lesbianismo é um barato. Caro é o preço que a gente paga pra curtir esse barato" (CHANACOMCHANA, 1982, p. 2) encapsula a dualidade entre o prazer intrínseco à experiência lésbica e o alto custo social e pessoal imposto por uma sociedade heteronormativa. Martinho não apenas celebra os prazeres das relações lésbicas, mas também defende o caráter político da lesbianidade, ressaltando-a como uma forma de resistência e autoafirmação, desafiando a lógica da invisibilidade ao transformar o afeto em um ato de subversão pública.

Complementando o texto, uma charge de mesma autoria critica abertamente o grupo feminista SOS Mulher — Imagem 1. A crítica reside no fato de que o SOS Mulher, apesar de sua pauta feminista, não abordava a violência específica enfrentada por mulheres lésbicas. Tanto o texto quanto a charge dialogam diretamente com o pensamento de Monique Wittig, que argumenta que as lésbicas, ao se desviarem da relação heteronormativa estabelecida, deixam de ser consideradas "mulheres" dentro da lógica patriarcal. Essa página em particular evidencia o caráter de fanzine do boletim. Sua produção artesanal e independente é perceptível nas colagens, desenhos feitos à mão e na utilização de uma linguagem simples e repleta de gírias, características que conferem ao periódico uma autenticidade estética e política, típica das publicações de resistência que operavam às margens da grande imprensa.

Imagem 1: Charge de Miriam Martinho criticando o grupo SOS Mulher, 1982



Fonte: Portal Um Outro Olhar.

As páginas 3 e 4 do *CHANACOMCHANA* apresentam a instigante entrevista intitulada "Mulher de chuteira", conduzida com as jogadoras do Café Futebol Clube, time de futebol feminino da Boate Moustache. Para compreender a relevância dessa matéria, é fundamental contextualizar a situação do futebol feminino no Brasil à época. O esporte foi criminalizado por Getúlio Vargas através do Decreto-lei n. 3.199, de 14 de abril de 1941. Em seu artigo 54, o decreto proibia, de forma genérica, às mulheres a "prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza". Em 1965, o Conselho Nacional de Desportos (CND) especificou ainda mais essa proibição, listando esportes como "lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, pólo-aquático, rugby, halterofilismo e beisebol" como vedados às mulheres. Somente em 1979, ainda durante a ditadura militar, o decreto de Vargas foi revogado, e a regulamentação do futebol feminino ocorreria apenas em 1983, posteriormente à entrevista concedida pelas jogadoras do Café ao periódico , o que torna o relato dessas atletas um valioso documento de transgressão e resistência em um campo ainda marcado pela ilegalidade e pelo estigma social.

A prática do futebol feminino não apenas desafiava o que era preconcebido como a "condição natural" da mulher, mas também colidia frontalmente com os valores arraigados de uma sociedade machista. De acordo com Fábio Franzini:

É notório que o universo do futebol caracteriza-se por ser, desde sua origem, um espaço eminentemente masculino; como esse espaço não é apenas

esportivo, mas também sociocultural, os valores nele embutidos e dele derivados estabelecem limites que, embora nem sempre tão claros, devem ser observados para a perfeita manutenção da 'ordem', ou da 'lógica', que se atribui ao jogo e que nele se espera ver confirmada. A entrada das mulheres em campo subverteria tal ordem, e as reações daí decorrentes expressam muito bem as relações de gênero presentes em cada sociedade: quanto mais machista, ou sexista, ela for, mais exacerbadas as suas réplicas (Franzini, 2014, p. 316).

Essa resistência fica evidente na forma como as jogadoras se posicionam durante a entrevista. Optando por não mencionar seus nomes, elas buscavam se autopreservar em um contexto social hostil. Questionadas sobre suas perspectivas em relação à legalização do futebol feminino, as atletas do Café Futebol Clube respondem com uma clareza perspicaz: "Os homens, dirigentes de futebol, têm receio que a mulher vá competir com eles, já que o campo é a galeria onde se mostra a habilidade masculina. No Brasil, futebol é coisa de homem" (CHANACOMCHANA, 1982, p. 4). Essa fala denota que as jogadoras possuíam uma consciência aguçada de que o impedimento ao futebol não era meramente técnico ou biológico, mas uma reserva de domínio de prestígio e masculinidade que a presença feminina ameaçava desestabilizar. Ao publicarem essa denúncia, as editoras do boletim reforçavam o futebol como um espaço de luta feminista e de afirmação da sapatonidade frente à hegemonia masculina.

Essa declaração sublinha o medo masculino de que a presença feminina no campo pudesse "fissurar o discurso das diferenças naturais cuja base estava assentada no triunfo físico de um sexo sobre outro" (Goellner, 2005, p. 145), desconstruindo a narrativa de superioridade física masculina. A entrevista também revela as dificuldades financeiras enfrentadas por essas pioneiras. A falta de patrocínio forçava cada atleta a contribuir com Cr\$ 500 para despesas gerais e Cr\$ 100 mensais para a lavagem dos uniformes. O aluguel do campo da Vigor, que custava Cr\$ 500 por mês, somava-se a outras necessidades para a manutenção do time. Essa realidade expõe não apenas o amor pelo esporte, mas também a resiliência e o comprometimento dessas mulheres em desafiar as normas sociais e manter viva a paixão pelo futebol, mesmo diante de tantos obstáculos, evidenciando que a sobrevivência do Café Futebol Clube era, em si, um ato de militância coletiva que subvertia a precariedade imposta pelo Estado e pelo mercado esportivo.

O futebol reaparece nas páginas finais do boletim analisado, evidenciando sua importância contínua. Míriam Martinho e Rosely Roth abordam o I Festival de Mulheres nas Artes, um evento que, de forma inovadora, levou o futebol feminino ao icônico estádio do Morumbi pela primeira vez. Embora as autoras celebrem a beleza e a grandiosidade da

representação feminina nesse festival, elas lamentam a censura federal de uma música intitulada "Franchitude de Francha", escrita por Miriam e Gisele Fink. Em uma nota de protesto veemente, o *CHANACOMCHANA* manifesta-se contra a censura, declarando que ela "[...] é uma violência a um direito intrínseco de todo ser humano: o direito à expressão de seu pensamento. A liberdade é como uma máquina nova, enquanto não se tiver contato com ela, não será possível aprender a manejá-la" (CHANACOMCHANA, 1982, p. 7). Essa passagem não apenas demonstra a indignação das organizadoras do *CHANA*, mas também ressalta a sua crença inabalável na liberdade de expressão como um direito fundamental, evidenciando que a luta lésbica estava intrinsecamente ligada à resistência democrática contra os resquícios do aparato repressivo da ditadura.

Ao longo de toda a edição, as organizadoras deixam claros seus ideais de liberdade, a necessidade de organização entre as lésbicas e a importância de abordar as especificidades da homossexualidade feminina, de acordo com Kumpera (2021) o GALF "buscou afirmar que as lésbicas são sujeitos políticos, o que levou o grupo a questionar-se sobre os sentidos coletivos, sociais e históricos do lesbianismo" (Kumpera, 2021. p. 114) O boletim não só se posiciona frontalmente contra a ditadura militar vigente no país, mas também estabelece uma posição contrária ao apagamento das mulheres lésbicas dentro dos próprios movimentos sociais de esquerda e feministas. Ele fomenta, ativamente, o debate sobre a posição da mulher lésbica em uma nova organização política que se anunciava com a abertura democrática do período, reivindicando que a democracia só seria plena se contemplasse a livre expressão das identidades e afetos dissidentes.

Considerações finais

Ao refletir sobre o *CHANACOMCHANA* e as mulheres envolvidas em sua produção, percebemos um duplo processo de resistência. O primeiro reside na própria lesbianidade. A identidade lésbica, conforme analisado por Wittig (2019), transcende a mera qualificação e se torna uma posição de resistência frente às estruturas da heterossexualidade compulsória e do falocentrismo. Ser lésbica, nesse contexto, é um ato político intrínseco que desafia a naturalização dos papéis de gênero.

O segundo processo de resistência manifesta-se na organização política em si. Embora o período fosse de reabertura democrática no Brasil, as lésbicas ainda enfrentavam um significativo afastamento, seja da política em geral, dos movimentos de esquerda da época ou até mesmo do próprio movimento homossexual organizado. A criação e manutenção do

CHANACOMCHANA representam um esforço para preencher essa lacuna e garantir que as vozes das lésbicas fossem ouvidas e suas demandas atendidas, consolidando-o como um espaço de autoafirmação e de construção de uma memória coletiva dissidente. De acordo com Pescatori, podemos dizer que:

É em oposição à Ditadura Militar (1964-1985) que se concretiza a organização política do movimento brasileiro de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, no Brasil. Sendo alvo da perseguição da ditadura simplesmente por serem lésbicas e isoladas politicamente pela esquerda, pelo “movimento homossexual” e pelo movimento feminista, as lésbicas unem-se em torno das pautas da redemocratização e do combate à lesbofobia (Pescatori, 2022, p. 252).

Percebemos, ao analisar o *CHANACOMCHANA*, que mesmo diante da suposta abertura democrática do período e de não ter sido diretamente censurado em sua publicação, o boletim foi profundamente atravessado por questões sociais e opressões estruturais. A truculência institucionalizada pelo aparato repressivo do governo, a censura de uma música em um festival e a necessidade das jogadoras do Café Futebol Clube de ocultarem suas identidades para se protegerem são provas claras disso.

Apesar desses desafios, o *CHANACOMCHANA* persistiu em sua busca por um espaço de opinião e diálogo para mulheres lésbicas. A produção não só expôs a urgência de construir um ambiente seguro para a lesbianidade, mas também se opôs vigorosamente ao papel imposto às mulheres pela sociedade, ao falocentrismo e ao mundo heteronormativo. Mais do que isso, o *CHANACOMCHANA* atuou como um agente de denúncia contra a truculência policial que a comunidade homossexual, como um todo, sofria, mesmo em um cenário de reabertura política no Brasil, revelando que os limites da transição democrática eram definidos pela manutenção do controle sobre a moralidade e os costumes.

Assim, o boletim foi fundamental para a visibilidade, reconhecimento e resistência de um grupo que, ainda hoje, enfrenta marginalização. Ele demonstrou que, mesmo em períodos de ausência de princípios democráticos, a luta por direitos e espaço jamais cessou. Com base no que foi exposto, fica evidente que o *CHANACOMCHANA* não foi apenas uma forma de resistência à ditadura militar, mas também se tornou um crucial espaço de luta contra a repressão que as mulheres lésbicas enfrentam até hoje. Seu impacto foi tão significativo que ele contribuiu para a instituição do dia 19 de agosto como o Dia do Orgulho Lésbico no estado de São Paulo e, posteriormente, marco para o Dia Nacional da Visibilidade Lésbica, uma data que permanece um símbolo de resistência e reconhecimento das mulheres lésbicas no Brasil.

Os temas abordados — como raça, classe, gênero, sexualidade, truculência policial, repressão, representatividade, o lugar da mulher na sociedade e a vivência LGBTQIA+ — continuam sendo questões extremamente atuais e amplamente debatidas. Isso nos leva a uma reflexão profunda sobre os avanços e retrocessos que ainda persistem em relação aos direitos da comunidade LGBTQIA+ no Brasil, reafirmando que a memória dessas publicações é ferramenta indispensável para a manutenção e conquista de novas cidadanias.

É visível a coragem que a produção demonstrou ao expor realidades que ainda estão presentes na vida das pessoas LGBTQIA+, especialmente das mulheres lésbicas na atualidade. No Brasil, apesar de algumas conquistas importantes, a violência e o preconceito são imensos e afetam diretamente quem faz parte dessa comunidade. O *CHANACOMCHANA* representou uma ruptura com o silêncio e o apagamento, e é por isso que, até hoje, continua sendo uma referência importante para o estudo da imprensa alternativa no Brasil e da história das mulheres homossexuais.

Se fosse publicado nos dias de hoje, o boletim provavelmente ainda chocaria, não só pelo nome ousado, mas também pela força com que colocaria em debate os direitos e a visibilidade das mulheres lésbicas, em um momento em que ainda há muito a conquistar. As discussões levantadas sobre liberdades e sobre a violência arraigada em nossas instituições seguem sendo mais que atuais e urgentes. O legado do *CHANACOMCHANA* é um poderoso lembrete de que a luta por mais direitos, mais espaço e mais respeito para as pessoas LGBTQIA+ possui uma história rica e, acima de tudo, a necessidade inabalável de continuar existindo frente à repressão da atualidade, reafirmando que o arquivo é, antes de tudo, um repositório para as lutas do amanhã.

Fontes

BOLETIM CHANACOMCHANA. São Paulo: Grupo de Ação Lésbica-Feminista (GALF), ano 1, n. 1, 1982.

BOLETIM CHANACOMCHANA. São Paulo: Grupo de Ação Lésbica-Feminista (GALF), n. 7, 1982.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. Bomba no Riocentro implode. 1981. Fotografia. Acervo *Folha de São Paulo*. Disponível em: <https://memorialdademocracia.com.br/card/bomba-no-riocentro-implode-terror-militar>. Acesso em: 14 jun. 2025.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. LGBT e prostitutas denunciam violência. Fotografia. Acervo *Folha de São Paulo*. Disponível em: <https://memorialdademocracia.com.br/card/lgbt-e-prostitutas-denunciam-violencia>. Acesso em: 14 jun. 2025.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. Levante do Ferro's Bar, 1983. Fotografia. Acervo Folha de São Paulo. Disponível em: <https://memorialdaresistencia.org.br/lugares/ferros-bar/>. Acesso em: 14 jun. 2025.

Referências

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade.** 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GOELLNER, Silvana. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 143-151, 2005.

KUMPERA, Julia Aleksandra Martucci. **“O lesbianismo é um barato”**: o GALF e o ativismo lésbico-feminista no Brasil (1979-1990). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2021.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa.** São Paulo, 1991. Disponível: <https://www.marcosfaerman.com.br/1991_JornalistasRevolucionarios.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2026.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina A. **Fundamentos da metodologia científica.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LORDE, Audre. **Textos escolhidos de Audre Lorde.** 2. ed. São Paulo: Editora Heretika, 2018.

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade: política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”.** Salvador: EDUFBA, 2018.

MARTINHO, Míriam. **Agosto com orgulho: os primórdios da organização lésbica no Brasil.** [S. l.], 2012. Disponível em: <<http://www.umoutroolhar.com.br/2012/08/agosto-com-orgulhoosprimordios-da.html>>. Acesso em: 19 maio 2025.

MOTT, Luiz. A construção da cidadania homossexual no Brasil. **Democracia Viva**, n. 25, p. 98-102, fev. 2005.

OLABUENAGA, J. I. R.; ISPIZUA, M. A. **La descodificación de la vida cotidiana: métodos de investigación cualitativa.** Bilbao: Universidad de Deusto, 1989.

PAULINO, Ana Elisa Lara. O impacto do “milagre econômico” sobre a classe trabalhadora segundo a imprensa alternativa. **Revista Katálysis**, v. 23, n. 3, p. 562-571, 2020.

PESCATORI, Carolina; ALIAGA, Maribel (org.). **Entre arquiteturas, cidades e feminismos: pesquisas do observatório amar é linha.** 1. ed. Brasília, DF: LaSUS FAU: Editora Universidade de Brasília, 2022. Disponível em: <<https://livros.unb.br/index.php/portal/catalog/book/229>>. Acesso em: 14 set. 2024.

SÃO PAULO (Estado). Assembleia Legislativa. **Relatório da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”.** Tomo I, Parte II – Ditadura e Homossexualidades. São Paulo: ALESP, [2015?]. Disponível em: <<https://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/parte-ii-cap7.html>>. Acesso em: 6 nov. 2024.

SCOTT, James C. **A economia moral do camponês: rebelião e subsistência no sudeste asiático.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

WITTIG, Monique. Não se nasce mulher. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 43-52.

WITTIG, Monique. **O pensamento hétero e outros ensaios**. Tradução de Écio de Oliveira Duarte. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.